

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO EXTERNA NA PRÁTICA DOCENTE

Zélia Maria Melo de Lima Santos – *Universidade do Norte do Paraná* –

zeliammelo@hotmail.com

RESUMO

Este artigo resulta de uma investigação bibliográfica e tem como objetivo refletir sobre as políticas públicas educacionais e os impactos produzidos pelas avaliações externas na prática docente tendo como foco as avaliações em larga escala na educação básica – SAEB e o Sistema de Avaliação do Estado de Pernambuco – SAEPE, apontando as implicações destas no cotidiano da sala de aula a ponto de modificar as práticas dos professores e suas consequências no processo de aprendizagem dos alunos. No entanto, se faz necessário abordar a formação dos professores e a importância da qualificação profissional para a aplicação do processo de avaliação visando o alcance dos resultados desejados pela comunidade escolar. As políticas educacionais no Brasil vêm demonstrado preocupação com a qualidade do ensino ofertada pela escola pública, decorrente das pressões dos organismos Internacionais, que veem na educação a solução dos problemas enfrentados por um mundo cada vez mais globalizado, de transformações e descobertas tecnológicas que caracterizam hoje, a chamada sociedade do conhecimento. É importante ressaltar que esse sistema de avaliação é fruto das transformações e reformas educacionais ocorridas no Brasil na década de 90 e que a aplicação deste processo se dá no monitoramento das ações educativas, tendo em vista verificar e acompanhar o nível de aprendizagem dos alunos. Torna-se imprescindível a colocação de que o princípio desta política educacional está na defesa das avaliações externas como necessária para a melhoria da qualidade da educação pública. Os resultados da pesquisa apontam que a metodologia dessas avaliações resulta num insignificante desenvolvimento processual e integral do aluno além de gerar um clima de responsabilização do professor pelo sucesso ou fracasso do mesmo, além de um ambiente de pressão para que o discente obtenha resultados de excelência nessas avaliações.

Palavras-chave: Formação de Professores, Prática Docente, Sistema de Avaliação, Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa promover uma reflexão sobre as políticas públicas educacionais e os impactos que estas produzem pelas avaliações externas na prática docente, focando o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o SAEPE (Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado de Pernambuco).

Por meio de estudo bibliográfico sobre as avaliações em larga escala e da legislação educacional brasileira, faz-se necessário abordar questões como: o papel do professor, sua formação e como o mesmo tem sido pressionado para direcionar sua prática adequando-a aos objetivos das avaliações externas. Assim, estão presentes fatores influenciadores do trabalho docente, pois essas políticas de avaliações externas têm como ideal a mobilização dos gestores, professores, alunos, pais e comunidade. Desta forma, o professor vem sofrendo pressão para alavancar os resultados da escola. Por conta disso, os docentes acabam imprimindo novos rumos à sua prática.

É importante ressaltar que a instituição escolar não é abstrata. A escola é o cerne do sistema educativo formal, pois, além de ser um local de decisão, onde ocorre a elaboração e execução de políticas educacionais, é lugar de aprendizagem onde há o envolvimento de todos num processo organizacional num compromisso da construção do conhecimento. Enfatizamos o significado e o sentido da escola para a formação dos alunos e o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Falar sobre as avaliações externas, faz-nos refletir acerca das finalidades da educação nos dias atuais. O Ministério da Educação (MEC), ancorando-se no culto aos resultados e índices das avaliações externas, vem instituindo uma política educacional baseada na “obrigação de resultados” e na “cultura do desempenho”. Observa-se que se enfatiza nos sistemas escolares, um padrão de julgamentos, comparações, competição, em que os índices atingidos justificam o bom ou o mau desempenho dos professores e isto os leva a uma readequação da sua prática docente.

Assim, a escola, no desempenho de sua função social de formadora de sujeitos históricos, precisa ser um espaço de sociabilidade que possibilite a construção e a socialização do conhecimento produzido. Para tanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, ao tratar das finalidades do ensino fundamental e educação básica no art. 32º, diz:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; [...]
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social; [...]

No art. 35º, pode-se ler:

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; [...] (BRASIL, 1996, p. 12).

Sabemos que a legislação educacional brasileira assume a concepção de que a escola é responsável por várias funções e que as mesmas estão interligadas a múltiplos objetivos, garantindo desta forma que o processo avaliativo contribua para a materialização de objetivo central da escola que é a aprendizagem.

Para Kraemer (2006), avaliação vem do latim, e significa valor ou mérito ao objeto em pesquisa, junção do ato de avaliar ao de medir os conhecimentos adquiridos pelo indivíduo. É um instrumento valioso e indispensável no sistema escolar, podendo descrever os conhecimentos, atitudes ou aptidões que os alunos apropriaram. Sendo assim a avaliação revela os objetivos de ensino já atingidos num determinado ponto de percurso e também as dificuldades no processo de ensino aprendizagem. Desta forma, o autor considera a avaliação como aliada do processo de ensino e aprendizagem que vai ajudar o professor a redirecionar sua prática pedagógica a fim de atingir o seu objetivo principal que é a aprendizagem do aluno, além disso, através da avaliação, é possível o docente acompanhar e analisar o desenvolvimento da proposta pedagógica escolar e o seu próprio desempenho.

Com base nessas premissas, compactuamos com o pensamento de que são necessárias práticas avaliativas capazes de promover a superação de um modelo seletivo, quantitativo, classificatório e excludente.

Para FIDALGO (2006), avaliação excludente é um “tipo” de avaliação que exclui, que coloca à margem da escola uma multidão de alunos, que se veem destituídos do direito à educação. Aponta:

Motivados pela busca de uma avaliação mais justa, (...) autores têm questionado a finalidade de tipos mais normativos de avaliações, salientando que sua função parece ser, muitas vezes, a de hierarquicamente incluir alguns alunos à medida que exclui outros – dividindo crianças por sua origem sociocultural. (FIDALGO, 2006, p. 16).

Desta forma, é preciso considerar a avaliação como um importante instrumento que deverá gerar reflexões das ações desenvolvidas por alunos e professores, além de externar amorosidade, inclusão, dinamismo e construção, é um ato que implica

disponibilidade de acolhimento dos educadores para os educandos e a partir daí poder auxiliá-los em suas dificuldades e trajetórias de vida.

Torna-se importante colocar que o modelo atual de avaliação, principalmente as externas, acabam legitimando intervenções do Estado na prática pedagógica dos professores, por isso torna-se necessário investigar também os diversos níveis sociais, dar voz aos professores para saber um pouco mais sobre o que eles pensam, priorizam e como se colocam em ação diante do processo de implementação da avaliação oficial, uma vez que esses são sujeitos que agem e/ou reagem no seu contexto profissional, podendo interferir nos rumos que essa toma na escola, uma vez que ela "depende, em parte, das ideologias específicas do individualismo e da prática profissional" (POPKEWITZ, 1997, p. 22).

Outrossim, não podemos deixar de colocar a importância da formação dos docentes que se configura como peça chave para o sucesso do tanto do ensino quanto da aprendizagem nas escolas. São eles que dão materialidade a estes processos.

A ênfase na formação dos professores para a melhoria da qualidade da educação é primordial nas políticas educacionais atuais e isso pode ser evidenciado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual indica que “ [...] a melhoria da qualidade da educação básica depende da formação de seus professores [...]”, (HADDAD, 2008, p. 8).

No entanto, a formação docente deve ser compreendida como um processo contínuo e dialético que deve se prolongar por toda a vida profissional, pois a experiência na qual a aprendizagem se baseia torna-se uma base sólida teórica que se concretiza na relação teoria e prática, ocupando assim papel de destaque na construção dos conhecimentos profissionais, e, esses são essenciais para o bom desempenho das escolas em relação aos seus resultados.

Para tanto, é necessário que a escola promova a formação continuada dos seus professores no sentido de alinhar a prática docente aos atuais modelos avaliativos em vigor.

1. AS AVALIAÇÕES EXTERNAS A NÍVEL NACIONAL

O estudo bibliográfico realizado aponta que a partir do final dos anos 1980, repercutindo um movimento existente, especialmente nos Estados Unidos da América e

em alguns países da Europa, a educação básica brasileira passa a ser objeto de avaliações externas, inicialmente apresentadas como necessárias para o monitoramento do desempenho de seus estudantes em provas padronizadas, passíveis de permitir comparações entre redes e escolas. Esse quadro avaliativo ganhou densidade com a criação do Saeb no início dos anos 1990, fruto de algumas iniciativas de avaliação patrocinadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Com a criação do Saeb, e sobretudo a partir de 2005, com o desdobramento na Prova Brasil, que se articula, em 2007, com o (Índice de Desenvolvimento da Educação) Ideb, o debate educacional brasileiro, particularmente envolvendo o ensino fundamental e o ensino médio, incorporou como duas características marcantes as avaliações externas e a qualidade, pois esta passa a ser considerada por parte de gestores, mesmo que sem um consenso na comunidade educacional, como expressão dos resultados daquelas – ainda que no caso do Ideb também sejam incorporadas no cálculo as taxas de aprovação de cada uma das etapas e escolas avaliadas. Paralelamente a essa avaliação conduzida pelo Inep, identificamos em várias redes estaduais e municipais iniciativas no sentido de criarem suas próprias avaliações externas, a exemplo do caso de Pernambuco, com SAEPE e o IDEPE.

As experiências iniciais de avaliações externas, até mesmo fora do Brasil, foram justificadas como necessárias para se poder monitorar o funcionamento de redes de ensino e fornecer aos seus gestores subsídios para a formulação de políticas educacionais com focos mais bem definidos em termos dos resultados que, por sua vez, decorreriam das aprendizagens dos alunos. Não necessariamente essas avaliações tinham como foco cada escola das redes avaliadas, tanto que se recorria a avaliações por amostragem. Deve-se destacar que essas avaliações externas têm como características, entre outras, a definição de uma matriz de avaliação – na qual são especificados os objetos de avaliação – e o emprego de provas padronizadas – condição para que se sejam obtidos resultados mais objetivos e efetuadas comparações entre redes e escolas, tanto transversal quanto longitudinalmente. Diante do exposto, concretiza-se então a necessidade da formação do professor no sentido da adequação da sua prática pedagógica aos objetivos das avaliações externas e conseqüentemente a implicação disso na aprendizagem dos alunos, pois dessa maneira, o docente passa a incorporar em sua prática o que é necessário para que os alunos consigam obter êxito quando avaliados.

As avaliações externas aprofundaram a discussão de procedimentos estatísticos e educométricos, ressaltando a importância da construção de matrizes de avaliação, a padronização de provas e a interpretação pedagógica de resultados, com destaque para a Teoria da Resposta ao Item (TRI), que permite a comparabilidade de resultados ao longo do tempo e entre séries diferentes, expressos, geralmente, na Escala Saeb, que varia de 0 a 500 pontos. Adicionalmente, em algumas redes públicas foram desencadeadas políticas de remuneração diferenciada para profissionais da educação em função dos resultados dos alunos, consolidando um tipo de política chamada de responsabilização e incrementando o debate em torno da avaliação educacional. Constata-se então, mais uma vez o caso do Estado de Pernambuco com o Bônus de Desenvolvimento Educacional (BDE), que gratifica os professores com uma recompensa financeira quando a escola consegue atingir mais de 50% de rendimento enquadrando-se nas metas estabelecidas pela SEE (Secretaria de Educação do Estado).

Se, de um lado, qualidade não se confunde com desempenho em leitura e resolução de problemas, de outro, esses tópicos não são, de forma nenhuma, estranhos ao processo escolar que se pretenda de qualidade; ao contrário, configuram-se como suporte para todos os outros conhecimentos abordados no processo de escolarização. Com efeito, o incremento do Ideb, a médio e a longo prazos, se dará pelo incremento desses dois fatores articulados com melhorias nas taxas de aprovação. Enquanto indicador, a questão consiste em dimensionar seu potencial de contribuir para o equacionamento e enfrentamento de tarefas de planejamento educacional, uma vez que existem projeções do Ideb até 2020 para cada escola e rede, levando em conta, de alguma forma, as particularidades dessas unidades.

Há a necessidade de encarar a avaliação vinculando-a a aprendizagem que deriva do esforço de desvinculá-la dos mecanismos de aprovação ou reprovação, além de imprimir outra finalidade para a avaliação educacional no que se concentra sua verdadeira dimensão política; pois nas escolas que se pautam pela democracia e inclusão, as práticas avaliativas devem ser direcionadas para a aprendizagem global dos alunos.

Além de tudo isso, devemos destacar as inflexões a respeito do lugar que as avaliações externas passaram a ocupar nas políticas educacionais, sobretudo no plano federal, situação evidenciada por Fernandes e Gremaud (2009, p. 213), que destacam a necessidade de medidas de *accountability* – expressão inglesa traduzida mais

comumente como responsabilização – que acarreta a incidência dos resultados dessas avaliações nas escolas.

Quando se fala de resultados, logo falamos do Ideb como indicador que expressa a qualidade da escola ou da rede a qual pertence. Textualmente, no Decreto n. 6.094, de 2007, a formulação do Ideb apresenta uma visão objetivista de seu potencial para indicar a qualidade da escola:

Art. 3- A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, com base nos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Assim, percebe-se claramente a não contemplação de aspectos relevantes do processo pedagógico, porém é possível considerar algumas potencialidades no Ideb por conta de duas características: a primeira é por facilitar uma apreensão, mesmo que parcial, da realidade educacional brasileira, aí destacadas suas escolas, e, segundo por articular dois elementos que há muito tempo parecem ser antagônicos: o aumento da aprovação e do desempenho. Configura-se aí, elementos essenciais para que as escolas consigam desenvolver uma educação de qualidade, que se constitui num complexo problema político e pedagógico, isto porque, reflete os ideais da sociedade, da escola e das relações que entre elas se estabelecem. Oliveira e Araújo (2005) demarcam o debate apontando a necessidade de que os resultados de avaliações externas sejam incorporados sem que, contudo, se estabeleça determinismo nas relações entre eles e o trabalho dos professores, como se estes fossem únicos e plenamente capazes de engendrar os resultados escolares.

Outra posição representativa de várias iniciativas no Brasil no sentido de responsabilização quase que exclusiva dos professores pelos resultados, é a defendida por Castro (2007, p. 61). Segundo ele, a qualidade da educação se expressa nos resultados de provas padronizadas, e, mesmo reconhecendo as precariedades na atividade docente, incluindo sua remuneração, sustenta que a melhoria dos salários dos professores se daria pela “implantação de salários diferenciados mediante desempenho”. Para isto, diz, “o ideal seria estabelecer sistemas de avaliação dos professores vinculados aos resultados das escolas”.

No entanto, para que o professor tenha direito a estas melhorias salariais, é preciso que a escola atinja os resultados estipulados pelas Secretarias de Educação, ou

seja, se a escola consegue atender aos índices, os docentes são contemplados com o chamado “décimo quarto salário”, que na realidade é, uma bonificação por cumprir esses índices que a escola teria que atender.

Oliveira (2011, p. 137), apoiando-se em Nevo (1998), destaca que as avaliações externas parecem ter sido desenhadas muito mais para produzir informações para os gestores de redes educacionais “do que para ajudar os professores a analisarem os resultados buscando rever seus métodos de ensino e práticas de avaliação”. De acordo com a autora, o trabalho com avaliação com foco em resultados nas escolas deveria servir para aprimorar o trabalho pedagógico dos professores de maneira que estas práticas fossem melhoradas a partir da identificação das necessidades geradas pelo processo.

Considerando que as avaliações externas contribuem para a melhoria de resultados, torna-se premente a exigência por parte das escolas e do governo por uma educação de qualidade. Para tanto, os professores ficam obrigados a repensar suas práticas pedagógicas enquanto que a escola deve trabalhar juntamente com a comunidade escolar as questões do currículo e da avaliação. Neste interim, a escola se sente na obrigação de desenvolver atividades pertinentes que respaldem as questões de eficácia e eficiência, assim como oferecer condições para que os alunos apresentem bons resultados como ocorre no Estado de Pernambuco com o (Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco) SAEPE e o (Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco) IDEPE. Deste modo, ocorre uma adaptação do currículo aos conteúdos elencados no Programa das Avaliações Externas.

Nesta perspectiva, as avaliações externas acabam que influenciando toda Proposta Pedagógica Escolar no sentido de uma adequação dos conteúdos que devem ser trabalhados em sala de aula com base na Matriz Curricular e, assim, torna-se necessário uma formação mais contundente dos educadores em relação a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.

Desta forma, apontamos no Estado de Pernambuco um modelo que introduziu novos paradigmas para o processo de avaliação, além de permitir um aprimoramento dos processos com foco nos resultados e assim os programas, projetos e atividades sevem de instrumento que vão fortalecer a prestação de contas das ações do governo a sociedade.

2. O SISTEMA DE AVALIAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

O Estado de Pernambuco adota a política de Gestão por Resultados desde 2007, com a implantação do Pacto pela Vida, trabalhando com metas pré-fixadas e pagamento de bônus por desempenho, para melhorar não só o cumprimento das metas fiscais, mas também os indicadores de qualidade de vida da população.

Em 2011, o modelo de Gestão por Resultados foi aperfeiçoado e expandido para outras secretarias estaduais, dentre as quais merece destaque a Secretaria Estadual de Educação, com a implantação do Pacto pela Educação (doravante PPE). O PPE busca alinhar as ações estratégicas do Governo para obter melhorias nos serviços ofertados, através dos indicadores de resultado e de processo, estabelecendo uma rotina de pactuação de metas, de medição e acompanhamento periódico dos resultados por escola, e elaboração e implantação de ações corretivas e pagamento de bônus por desempenho.

2.1. Breve histórico do Pacto pela Educação (PPE)

Em maio de 2008, o governo de Pernambuco lançou o programa “Todos por Pernambuco” por entender que, em uma gestão democrática, o poder público precisa dialogar com a sociedade. O projeto propôs estabelecer um canal de comunicação permanente. Nesse sentido, no início de cada mandato (2008, 2011 e 2015), houve a realização dos seminários regionais do “Todos Por Pernambuco”, onde o Governo esteve presente em todas as regiões do Estado, a fim de escutar as principais demandas da sociedade em áreas como educação, saúde, segurança, cultura, desenvolvimento econômico, sustentabilidade, desenvolvimento social, infraestrutura, dentre outras.

O PPE é uma política que tem seu foco voltado para a melhoria da qualidade da educação, para todos e com equidade, abrangendo todas as escolas estaduais de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio, através do acompanhamento dos seus resultados. Possui várias linhas de atuação, que passam pelo fortalecimento das parcerias com os municípios, a transparência das informações, valorização e capacitação, inicial e continuada, dos profissionais da educação, reconhecimento do mérito, desempenho, monitoramento e avaliação dos processos e resultados. Em 2011, a partir das demandas que surgiram nos seminários e das necessidades identificadas pelo Governo na área da educação, foi criado o PPE. O PPE trabalha com todas as escolas estaduais de ensino fundamental anos finais e de ensino médio, exceto as escolas

multisseriadas, indígenas e de aplicação.

2.2. O PPE como metodologia de trabalho, foco de atuação, produtos e ferramentas

O PPE (Pacto pela Educação) possui sistemática de reuniões em três níveis: estratégico, tático e operacional.

No primeiro nível, tem-se a reunião estratégica do Comitê Gestor Executivo do Pacto, presidido pelo Governador do Estado e formado pelas Secretarias de Planejamento e Gestão e de Educação, conforme o Art. 9º, inc. I do Decreto nº 39.336/13. Esses encontros são realizados na sede da SEPLAG (Secretaria de Planejamento) e têm como finalidade: apresentar os resultados do Estado e das Gerências Regionais de Educação (doravante GREs); gerar encaminhamentos a fim de destravar processos; suprir necessidades imediatas; alinhar procedimentos para o melhor funcionamento do setor; e apresentar análises sobre temas relevantes e estratégicos. É importante ressaltar que outras Secretarias, como a Procuradoria Geral do Estado, as Secretarias de Administração, da Fazenda e da Casa Civil, participam desta reunião justamente para proporcionar a solução imediata dos entraves debatidos na sala de monitoramento.

No segundo nível, ocorrem as reuniões táticas, nas quais o representante da SEPLAG reúne-se com os gestores das GREs e os diretores das escolas selecionadas e há o intuito de apresentar um panorama da situação da regional, informando sobre o desempenho das escolas presentes. Nessas reuniões, são identificadas as maiores fragilidades das escolas e, com base nos dados apresentados, são traçadas ações de melhoria, que deverão ser executadas pelos diretores e monitoradas através das atas de encaminhamentos.

No terceiro nível, têm-se as reuniões operacionais que ocorrem nas escolas, com a presença de toda a equipe escolar, os técnicos das GREs e os gestores da SEPLAG. Nesses encontros, são discutidos os resultados obtidos pelas escolas, o retorno dos encaminhamentos gerados nas reuniões táticas, a discussão de soluções para os problemas encontrados, bem como o andamento das ações já implantadas.

Esse formato, que abrange os três âmbitos, visa a alcançar todos os atores envolvidos no PPE, partindo do professor, passando pelo gestor das regionais, chegando ao nível estratégico com o Governador e Secretários de Estado, onde nas reuniões, são

apresentados e discutidos os resultados bimestrais ou semestrais de escolas, das regionais e do Estado.

O PPE, quando foi criado em 2011, acompanhava apenas 300 escolas do ensino médio, sendo todas as de referência e as escolas com os menores rendimentos. Em 2013, passou a monitorar todas as escolas de ensino médio, tendo permanecido assim até o 2º semestre de 2015, quando o ensino fundamental também foi incorporado ao Pacto.

Em sua metodologia de trabalho, o PPE, por ser uma política de gestão por resultados, utiliza indicadores de processo e de resultado como mecanismos para avaliar e mensurar objetivamente o desempenho das ações educacionais desenvolvidas pelo Estado de Pernambuco. Como principais indicadores do PPE, têm-se o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (Idepe) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que são medidos anualmente para o 3º ano do Ensino Médio e 9º ano do Ensino Fundamental.

Para as escolas que possuem Ensino Médio Normal Médio, o Idepe é calculado para o 4º ano do ensino médio.

Os produtos e serviços do PPE se apresentam nas reuniões nos níveis estratégico, tático e operacional, onde existem produtos e serviços que são oferecidos pela SEPLAG como ferramentas de trabalho no monitoramento dos indicadores do PPE. Nesse sentido, tem-se:

2.2.1. Painel de Indicadores:

O Painel de Indicadores, ou Apresentação do Pacto como usualmente é conhecido, é o principal produto do PPE. Nesse relatório, que é elaborado pelo Núcleo de Gestão por Resultados da SEPLAG, são apresentadas informações gerais de Pernambuco, das GREs e das escolas, bem como os resultados dos indicadores de resultado e de processo em cada um desses níveis atualizados bimestral e semestralmente.

Há dois modelos de apresentações: o primeiro que trabalha com análises regionalizadas e é utilizado nas reuniões estratégicas; e o segundo, com informações mais detalhadas do estado, das escolas e das GREs e que serve de instrumento para as reuniões táticas e operacionais.

É importante observar que a apresentação detalhada é dividida em duas partes: Resultados e Processos. Na primeira, têm-se as informações gerais de Pernambuco, escolas e GREs (quadro funcional, quantidade de escolas, quantidade de alunos, etc.), os indicadores de resultado (Idepe, proficiências e taxas), além de alguns indicadores de processo considerados relevantes, a exemplo da frequência dos estudantes, cumprimento de conteúdos, participação de familiares, aulas dadas X aulas previstas e participação no Saepe.

Na segunda parte, estão localizados os indicadores de processo: notas internas, médias internas, participação nas avaliações internas, frequência dos professores e estudantes, estudantes abaixo da média, aulas dadas X aulas previstas, participação dos familiares em reuniões, cumprimento dos conteúdos curriculares, participação dos professores nas formações, dentre outros que possam vir a ser monitorados pelo PPE.

2.2.2. Análise da Evolução dos Descritores

Relatório produzido pelo Núcleo de Gestão por Resultados da SEPLAG com base no resultado do Saepe (Sistema de Avaliação do Estado de Pernambuco). Seu objetivo é representar graficamente a evolução, ao longo da série histórica, dos descritores avaliados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

2.2.3. Planilha de Apoio

Ferramenta desenvolvida pelo Núcleo de Gestão por Resultados da SEPLAG que tem por objetivo auxiliar a gestão escolar no acompanhamento e análise dos relatórios de rendimento escolar, gerada pelo Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (doravante SIEPE), por meio da:

- Consolidação dos estudantes abaixo da média por disciplina;
- Situação das médias das disciplinas;
- Média geral dos alunos;
- Indicação da quantidade de disciplinas em que cada aluno está abaixo da média.

A ferramenta permite que as escolas verifiquem facilmente as aprovações plenas e parciais da turma, alunos com tendência a abandono e reprovação, disciplinas que mais estão contribuindo para a reprovação, média dos alunos em todas as disciplinas, média das disciplinas.

2.3. Indicadores do PPE

Um indicador é uma medida, geralmente quantitativa, que fornece informações sobre um objeto, fenômeno ou realidade, permitindo comparabilidade. O monitoramento e a avaliação dos indicadores permitem identificar problemas (metas não atingidas) e focos de ação, auxiliando na correção do planejamento e na tomada de decisões.

Na sistemática do PPE são trabalhados Indicadores de Resultado e Indicadores de Processo. Aqueles permitem que se observem os alcances diretos do projeto, e estes possibilitando um diagnóstico da execução, sendo importantes no gerenciamento da rotina de trabalho. O acompanhamento desses indicadores permite que sejam definidas estratégias com o objetivo final de melhorar a qualidade do ensino público colocado à disposição da sociedade.

2.3.1. Indicadores de resultado

Os indicadores de resultado permitem observar e analisar o resultado final, ou seja, o produto ou serviço ofertado. Assim, o Decreto 39.336/2013 elenca como principal indicador de resultado na área de educação o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Todavia, o material do PPE trabalha mais intensamente o indicador Idepe do que o Ideb. A primeira razão está no fato de que o PPE, até 2015, trabalhava apenas com as escolas de ensino médio e, para esse nível de ensino, o Ideb era calculado apenas para o Estado, não existindo o indicador por escola. Um segundo motivo se deve à facilidade de acesso às bases e análises, uma vez que o Idepe é produzido por instituição contratada pelo próprio Estado de Pernambuco.

2.3.1.1. Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir

dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil– para os municípios. (Inep/MEC).

2.3.1.2. Idepe (Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco)

O Idepe utiliza a mesma metodologia do Ideb, sendo calculado por instituição externa contratada para tal a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Saepe. É o indicador de qualidade da educação pública estadual que permite diagnosticar e avaliar a evolução do Estado, das GREs e de cada escola, ano a ano. A empresa contratada pelo Estado responsável por este processo é o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (doravante CAEd/UFJF).

2.3.1.2.1. Taxa de Aprovação

O percentual de alunos que, ao final do ano letivo, alcançaram os critérios mínimos para a conclusão satisfatória da etapa de ensino na qual se encontra.

2.3.1.2.2. Taxa de Abandono

O percentual de alunos que deixou de frequentar a escola, exceto por falecimento e transferência.

2.3.1.2.3. Taxa distorção Idade Ano (TDI)

O percentual de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar.

2.3.1.3. Proficiência

A proficiência é uma medida que representa a aptidão de um aluno, que pode ser medida através de instrumentos compostos por itens elaborados a partir de uma matriz de habilidades. O mecanismo para calcular a proficiência é denominado Teoria de Resposta ao Item (TRI), “sendo caracterizados por um conjunto de modelos matemáticos, no qual a probabilidade de acerto a um item é estimada em função do conhecimento do aluno”. (CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2014).

Na apresentação do PPE, o indicador é apresentado por escola, por GRE e por estado, demonstrando a série histórica com base nas proficiências obtidas no Saepe nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Existem quatro escalas de aprendizagem de proficiência do Saepe, conforme documento elaborado no ano de 2014 – Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco/Padrões de Desempenho Estudantil em Matemática e Português:

ENSINO FUNDAMENTAL		
NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA
ELEMENTAR I	ATÉ 200	ATÉ 225
ELEMENTAR II	201 a 235	226 a 245
BÁSICO	236 a 270	246 a 280
DESEJÁVEL	ACIMA DE 270	ACIMA DE 280

ENSINO MÉDIO		
NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA
ELEMENTAR I	ATÉ 225	ATÉ 250
ELEMENTAR II	226 a 270	251 a 290
BÁSICO	271 a 305	291 a 325
DESEJÁVEL	ACIMA DE 305	ACIMA DE 325

Figura 1 – Tabela com as Escalas de Proficiência

Fonte: CAEd – 2014

2.3.2. Indicadores de Processo

O indicador de processo visa a acompanhar variáveis ao longo da execução do projeto. No caso do PPE, os indicadores de processo são apurados bimestralmente e para eles foram estipuladas faixas de efetividade (desempenho) que são sinalizadas como verde (boa), amarela (regular) e vermelha (ruim).

2.3.2.1. Nota Interna

Corresponde a nota obtida pelos estudantes na avaliação individual bimestral. Acontece bimestralmente, tendo como fonte geradora o SIEPE (Sistema de Informações da Educação em Pernambuco), como veremos no quadro abaixo:

Faixa de Desempenho dos alunos		
≥ 6,0 de média	< 6,0 e ≥ 4 de média	< 4,0 de média
Participação notas internas dos alunos		
≥ 90% de participação	< 90% e ≥ 80% de participação	< 80% de participação.
Média interna dos alunos		
≥ 6,0 de média	< 6,0 e ≥ 4 de média	< 4,0 de média.
Estudantes abaixo da média		
≥ 0% e ≤ 7% dos estudantes	> 7% e ≤ 15% dos estudantes	> 15% dos estudantes
Frequência dos professores		
≥ 97% e ≤ 100% de frequência	< 97% e ≥ 95% de frequência	< 95% de frequência
Frequência dos estudantes		

≥ 95% de frequência	< 95% e ≥ 75% de frequência	< 75% de frequência
Aulas dadas X aulas previstas		
100% das aulas previstas	≥ 95% e < 100% das aulas previstas	< 95% das aulas previstas
Cumprimento dos conteúdos curriculares		
100% das aulas previstas	≥ 95% e < 100% das aulas previstas	< 95% das aulas previstas
Famíliares em reunião		
≥ 70% de participação nas reuniões escolares.	≥ 50% e < 70% de participação nas reuniões escolares.	< 50% de participação nas reuniões escolares.
Taxa de participação dos alunos na prova do SAEPE		
2013 - 97,1%	2014 – 93,6%	2015 - 95,6%

Figura 2 – Visualização do Indicador de Nota Interna das Escolas Estaduais de PE – 2013 a 2015.

Fonte: SEPLAG – 2015

A figura acima mostra os resultados internos das Escolas Estaduais. Estão relacionados com as cores verde, amarela e vermelha. A cor verde significa alcance dos resultados desejados e estipulados pela Secretaria de Educação do estado de Pernambuco. A cor amarela significa que a escola precisa ficar em alerta para melhorar os resultados e a cor vermelha significa que a escola está precisando rever seu projeto pedagógico, precisa buscar estratégias para reverter os resultados ruins. Estes resultados são colocados no sistema SIEPE no final de cada bimestre letivo.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE AVALIAÇÃO EM PERNAMBUCO

A Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE/PE), faz uso dos resultados das escolas nas avaliações do SAEPE, vinculando-os às políticas destinadas à Educação (PERNAMBUCO, 2007).

Uma delas está atrelada ao incentivo de produtividade, em que a partir dos índices alcançados pela escola, os professores que nela atuam, são “estimulados” a melhorarem o seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem com uma espécie de remuneração compensatória.

Outra política, diz respeito à avaliação de desempenho do professor, que responde a um instrumental, ou seja, um questionário contendo perguntas diversas e específicas à sua atuação. Esse instrumental é acompanhado pelo diretor da escola.

Desta forma, percebemos que os resultados dessas avaliações transcendem as proposições para as avaliações sistêmicas com incentivo salarial e ingresso e

manutenção de escolas em projetos específicos ou globais, que na íntegra buscam melhorar o ensino e a aprendizagem.

Destacamos que diferentes questões cercam os processos avaliativos, entre os quais, o estigma de que a avaliação é apenas um instrumento para classificar e rotular as pessoas em competentes.

A análise de dados por meio do SAEPE (Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco), permite as escolas da rede pública estadual obterem dados necessários para uma reflexão do seu processo de ensino e aprendizagem, respondendo às necessidades de planejamento e ação educacionais, servindo a realidade da sala de aula e influenciando a definição de políticas públicas para a educação no estado supracitado.

Segundo Vianna (2003), um dos elementos essenciais a avaliação diz respeito a caracterização dos problemas de aprendizagem com o objetivo de superar e transformar a realidade não aprendizagem. Contudo, vale destacar que para o autor o impacto dos resultados pode ser considerado mínimo por inúmeros motivos entre os quais está o linguajar demasiadamente técnico das planilhas, pleno de especificidades muitas vezes desconhecidas dos docentes e que poderiam ser evitados,

[...] ainda que os resultados dos desempenhos sejam apresentados em escalas elaboradas por intermédio de rigorosos procedimentos estatísticos, e com a especificação dos vários níveis correspondentes de competência, dificilmente os professores têm condições técnicas para interpretar dados que resultam da *expertise* técnica dos responsáveis pelos relatórios. (VIANNA, 2003, p. 45).

Desta maneira, a forma como ocorre a divulgação dos resultados, os termos técnicos utilizados para expressá-los, bem como toda uma complexidade que somente quem elabora essas planilhas entende e os complexos cálculos dos índices gera dificuldades na interpretação e apropriação das informações pelo professor que se veem impotentes na assimilação destes instrumentos como favorecedores do processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, toda essa pedagogia utilizada para gerar resultados deveria também possibilitar caminhos onde o professor pudesse exercer sua autonomia enquanto mediador do processo de ensino e aprendizagem.

No entanto, a forma como os indicadores estão colocados acabam que interferindo nos diversos elementos que devem ser levados em consideração no momento de avaliar. Necessita-se, portanto, de uma ampliação das análises que são feitas com base nas avaliações aplicadas, uma vez que compreendendo os diversos elementos que

interferem no processo de ensino e aprendizagem, abre-se um leque de possibilidades para que o professor consiga transitar entre o ato de ensinar, aprender e de avaliar, pois o processo de forma isolada não representa qualquer possibilidade de melhoria na qualidade educacional.

Faz-se necessário abrir um leque para colocar a questão da formação dos professores que assume papel importante na preparação desses atores para lidar com a questão da avaliação da forma como se apresenta. A formação inicial e a continuada assumem grande importância no preparo dos docentes para lidar com essas questões que de certa forma perpassam por todo o processo de ensino e aprendizagem. Os docentes precisam aprender sobre e como avaliar, e compreendendo aos poucos que

[...] a avaliação assume dimensões mais amplas. A atividade educativa não tem por meta atribuir notas, mas realizar uma série de objetivos que se traduzem em termos de mudanças de comportamentos dos alunos. E cabe justamente à Avaliação verificar em que medida esses objetivos estão realmente sendo alcançados, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem. (HAYDT, 2008, p.7)

Desta forma a avaliação assume um papel norteador na prática pedagógica docente quando ajuda o aluno a avançar na aprendizagem, permitindo a flexibilidade do processo no sentido de que avaliar é acompanhar o aluno e o professor em suas tarefas diárias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de avaliação como um processo amplo de subsídio para tomada de decisões no âmbito dos sistemas de ensino é recente no Brasil, e deve ser entendida como um processo que visa contemplar competências e habilidades, o próprio currículo, os hábitos dos professores, o tipo de gestão dos diretores e os recursos a eles oferecidos para melhor realizar seu trabalho.

A avaliação é, então, um processo e uma condição necessários para que se possam estabelecer e acompanhar metas qualitativas e quantitativas e verificar se estas últimas são atingidas. Com esse olhar, a avaliação é capaz de fomentar nas escolas e nas redes uma interpelação sistemática sobre a qualidade de suas práticas e dos seus resultados, articular os contributos da avaliação externa com a cultura e os dispositivos de auto avaliação das escolas e reforçar a capacidade das escolas de desenvolver sua

autonomia, regulando o funcionamento do sistema educativo de estudo dos alunos, as estratégias de ensino.

Diante destas reflexões, torna-se necessário que se coloque alguns aspectos para que possamos compreender a natureza deste trabalho.

Pernambuco faz uso dos resultados das escolas nas avaliações do SAEPE, vinculando-os às políticas destinadas à educação e uma delas está atrelada ao incentivo de produtividade, onde os resultados alcançados pelas escolas e seus professores dá direito a uma gratificação chamada BDE (Bônus de Desenvolvimento Educacional) que contempla toda comunidade escolar com o 14º salário. Desta forma, as unidades escolares contempladas têm que alcançar um índice de resultados acima de 50% e o pagamento é escalonado, ou seja, quem alcançou 100% recebe a bonificação integral e assim cada escola recebe pelos resultados apresentados.

Outra política diz respeito à avaliação de desempenho do professor, que responde a um instrumental contendo perguntas diversas e específicas à sua atuação e que é acompanhado pelo diretor da escola.

Segundo Vianna (2003), um dos elementos essenciais a avaliação diz respeito a caracterização dos problemas de aprendizagem com o objetivo de superar e transformar a realidade da não aprendizagem. Desta forma, se faz necessário que os professores saibam utilizar os instrumentos avaliativos assim como o seu uso no redirecionamento da prática pedagógica. No entanto, acontece um distanciamento quando o sistema engessa o trabalho docente através de inúmeras planilhas, matriz curricular com uma série de conteúdos que precisam ser trabalhados em cada bimestre letivo e aplicação de avaliações internas de acordo com os moldes das externas.

Este trabalho responde aos objetivos quando aborda uma reflexão sobre as políticas públicas educacionais e os impactos produzidos pelas avaliações externas na prática docente tendo como foco as avaliações em larga escala na educação básica – SAEB e o Sistema de Avaliação do Estado de Pernambuco – SAEPE, apontando as implicações destas no cotidiano da sala de aula a ponto de modificar as práticas dos professores e suas consequências no processo de aprendizagem dos alunos.

Utilizando uma metodologia de investigação bibliográfica, este artigo responde às inquietações quando aponta um insignificante desenvolvimento processual e integral do aluno quando as avaliações externas ocupam o tempo pedagógico do professor na readequação das práticas docentes, isto vem sendo demonstrado nos resultados apresentados pelas escolas. Além disso, há um clima de responsabilização do professor pelo sucesso ou fracasso do discente num

ambiente de pressão que deve levar o aluno a conquistar resultados de excelência e assim propiciar caminhos onde a escola poderá assumir uma boa colocação no ranking educacional.

Portanto, há que se defender uma avaliação que possa atingir seu objetivo principal, permitir que os alunos tenham materializado o direito de conhecer, interpretar e dialogar com o mundo que o cerca. Enfim, a avaliação deve ser compreendida como instrumento comprometido com a regulação e acompanhamento do trabalho pedagógico cujo objetivo é a garantia da aprendizagem de todos.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2013.

CASTRO, Maria Helena G. de. **O Desafio da qualidade.** In: ITUASSU, Arthur; ALMEIDA, Rodrigo de (Org.). O Brasil tem jeito? v. 2: **educação, saúde, justiça e segurança.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 35-72.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Avaliação, Medidas de Proficiência.** CAEd, UFJF. 2014. Disponível em: <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/medidas-de-proficiencia/>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

COLOMBO, Sonia Simões. **Gestão Estratégica com Foco em Resultados.** In: XI Seminário de Educação. Fortaleza. Disponível em: <<http://www.sinepece.org.br/download.php?id=8433>>

CRUZ, Maurício; MARINI, Caio; LEMOS, Marina. **Modelo de Gestão Todos Por Pernambuco: características e avanços.** In: Governança em ação - volume 5. Brasília: Publix Editora, 2014.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury P. **Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas.** In: VELOSO, F. et al. (Org.). Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 213-238.

FIDALGO, E.C.C. **Um Olhar sobre Avaliação**. São Paulo. Edições Rosari. 2006.

HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: INEP, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Programas: Todos por Pernambuco**. Governo do Estado de Pernambuco. 2014. Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/programas/todos-por-pernambuco/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

GERTLER, Paul J., Sebastian Martinez, Patrick Premand, Laura B. Rawlings, e Christel M. J. Vermeersch. 2015. **Avaliação de Impacto na Prática**. doi:10.1596/978-14648-0088-7. Banco Mundial, Washington, D.C. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

GOMES, E. G. M. (2009). **Gestão por Resultados e eficiência na Administração Pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais**. Tese de doutorado. Fundação Getúlio Vargas - EAESP. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/eppgg/producaoacademica/tese_eduardo granha.pdf>

KRAEMER, D. **Avaliação, uma mudança cultural**. São Paulo. Loyola, 2006.

NEVO, David. **Avaliação por diálogos: uma contribuição possível para o aprimoramento escolar**. In: TIANA, Alejandro. (Coord.). SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 1-3 dez. 1997. Anais... Tradução de John Stephen Morris. Brasília: Inep, 1998. p. 89-97.

OLIVEIRA, Romualdo P.; ARAUJO, Gilda C. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 28, p. 5-23, jan./abr. 2005.

PERNAMBUCO. Decreto n. 39.336, de 25 de abril de 2013. Estabelece o Valor Público como objetivo dos Programas de Estado, fixa diretrizes para a Gestão por Resultados, e

estabelece a execução dos Pactos de Resultados no âmbito do Poder Executivo Estadual. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco** em 26 de abril de 2013. Ano XC, n.77, p.6.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO. **IDEPE, Programa de modernização da gestão pública.** 2014. Disponível em: < <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/idepe.html> >. Acesso em: 21 jan. 2014.